

MULHERES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA SÍNTESE DO PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL (SÉCULOS XIX E XX)

WOMEN IN THE HISTORY OF EDUCATION: A SYNTHESIS OF THE
FEMINIZATION OF TEACHING IN BRAZIL (19TH AND 20TH CENTURIES)

LAS MUJERES EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: UNA SÍNTESIS DE LA
FEMINIZACIÓN DE LA DOCENCIA EN BRASIL (SIGLOS XIX Y XX)

Paulo Hipólito¹, Juliana Alves de Andrade²

DOI: 10.54899/dcs.v23i93.6468

Recibido: 01/07/2026 | Aceptado: 28/07/2026 | Publicación en línea: 04/08/2026.

RESUMO

A proposta deste texto é traçar uma trajetória histórica da presença das mulheres na formação docente no Brasil, destacando aspectos importantes que podem nos levar entender melhor como a carreira do magistério se tornou majoritariamente feminina no país, ainda sendo uma realidade no momento atual. Por meio de um estudo bibliográfico, e subscrito na linha teórica da História das Mulheres, este estudo traz, além do aspecto histórico, uma discussão dos possíveis motivos que explicam a entrada massiva das mulheres no magistério provocando, inclusive, um fenômeno chamado de “feminização do magistério”. Os principais teóricos que dialogamos consiste em: Perrot (2005), Bourdieu (2014), Rosemberg (2012) e Almeida (1998, 2008). Com este breve histórico das mulheres no magistério esperamos contribuir com a reflexão sobre a carreira do magistério e presar por igualdade nas relações de gênero no presente e futuro da profissão no Brasil.

Palavras-chave: Magistério. Gênero. Educação. História das Mulheres.

ABSTRACT

The purpose of this text is to trace a historical trajectory of women's presence in teacher training in Brazil, highlighting important aspects that can help us better understand how the teaching profession became predominantly female in the country, a reality that persists today. Through a bibliographic study, and grounded in the theoretical framework of the History of Women, this study presents, in addition to the historical aspect, a discussion of the possible reasons that explain the massive entry of women into teaching, even provoking a phenomenon called the "feminization of teaching". The main theorists we engage with are: Perrot (2005), Bourdieu (2014), Rosemberg (2012), and Almeida (1998, 2008). With this brief history of women in

¹ Doutorando em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: paulo-hipolito@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9762-4351>

² Pós-Doutora em Educação, Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: julianadeandrade.ufrpe@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8807-5327>

teaching, we hope to contribute to reflection on teaching work and to advocate for equality in gender relations in the present and future of the profession in Brazil.

Keywords: Teaching. Gender. Education. Women's History.

RESUMEN

El propósito de este texto es trazar una trayectoria histórica de la presencia femenina en la formación docente en Brasil, destacando aspectos importantes que nos permiten comprender mejor cómo la profesión docente se volvió predominantemente femenina en el país, una realidad que persiste hasta hoy. Mediante un estudio bibliográfico, y fundamentado en el marco teórico de la Historia de las Mujeres, este estudio presenta, además del aspecto histórico, un análisis de las posibles razones que explican la masiva incorporación de mujeres a la docencia, llegando incluso a generar un fenómeno denominado "feminización de la enseñanza". Los principales teóricos que abordamos son: Perrot (2005), Bourdieu (2014), Rosemberg (2012) y Almeida (1998, 2008). Con esta breve historia de las mujeres en la docencia, esperamos contribuir a la reflexión sobre el trabajo docente y abogar por la igualdad de género en el presente y el futuro de la profesión en Brasil.

Palabras clave: Enseñanza. Género. Educación. Historia de las Mujeres.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Muitos anos foram precisos para que se discutisse sobre a história das mulheres, o que só veio a cabo no século XX – o século das mulheres (Pinsky; Pedro, 2012). Isso retrata uma história que foi marcada por preconceitos e discriminações por um machismo que cunhou a família patriarcal brasileira. Foram necessários vários anos de luta para que as mulheres pudessem romper a repressão e a opressão que lhes impuseram sob controle e submissão ao sexo masculino.

Neste texto, nosso objetivo principal foi trazer para reflexão o processo de feminização do magistério no Brasil, para entendermos como as mulheres conseguiram romper a redoma familiar e passar a ocupar outros espaços sociais, que só foi possível, em grande medida, pelo caminho da docência. Nesse intuito, o texto é fruto de uma revisão bibliográfica, a qual incluiu artigos em periódicos especializados e livros de autores especialistas nesse tema, a exemplo de Almeida (1998, 2008), destacamos a trajetória histórica da presença e importância das mulheres nos cursos de formação docente no Brasil.

Cabe destacar que o texto apresentado aborda, em particular, a trajetória das mulheres nos

curso de formação docente do Brasil, em especial os cursos normais, os principais responsáveis pela formação de professoras e professores primários, que abasteciam as escolas do país entre os séculos XIX e XX.

Como base teórica, apoiamo-nos na História das Mulheres, corrente historiográfica surgida a partir dos anos de 1960 e quem tem ganhado cada vez mais relevância com novas pesquisas dando visibilidade à presença feminina nos mais variados espaços sociais, seja público ou privado. Nessa perspectiva teórica, o trabalho dialoga com Perrot (2005), uma das pioneiras em defender a História das Mulheres e denunciar os silenciamentos e privações que recaíam sobre si, simplesmente por ser mulher.

A História das mulheres deve ser feita tendo em mente as relações entre os sexos, pois é nessa relação que se estruturou todas as formas de submissões em que as mulheres sofreram, pois o sexo masculino sempre foi colocado acima do feminino, justificando sua impenitência ao longo da história. No caso da prática docente, quando se necessitou de professoras para as escolas femininas primárias, ainda no início do século XIX, notou-se que a prática de ensinar crianças cabia mais às mulheres por se assemelhar ao ato materno. Nesse sentido, os homens foram se distanciando da pedagogia se dedicando a profissões consideradas superiores com relação às mulheres. Pelo fato de existir na história essa relação desleal entre o sexo masculino e o feminino é que Perrot enfatizou que “Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê a relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades” (Perrot, 2005, p.14).

Segundo o dicionário de verbetes do INCT Gestrado³, o termo “feminização do magistério” remete ao “processo sócio-político-cultural desencadeado pela crescente presença das mulheres no trabalho docente” (Costa, 2010, p.1). Porém, o foco principal deste trabalho foi centrar não na classe professorada, mas nas mulheres que frequentavam os cursos de formação docente, em especial os realizados nas escolas normais.

O trabalho está dividido em duas partes, sendo que a primeira traçamos uma trajetória do processo de feminização do magistério no Brasil, destacando os motivos e condições em que se deu a entrada e evolução das mulheres na carreira do magistério. Na segunda parte pincelamos alguns mitos que se constituíram ao longo do tempo sobre as relações entre homens e mulheres e profissão docente, mitos que foram disseminados para justificar os motivos que levaram os homens a “cederem” lugar às mulheres para atuarem como professoras e, assim, plantar a ideia

³ Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/feminizacao-do-magisterio/. Acessado em: 18/06/2026.

de, sem eles, elas não teriam conquistado esse espaço no mercado de trabalho (Almeida, 1998).

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

A história das mulheres que viveram no período colonial brasileiro se tem pouquíssimos registros, sendo estes, em sua maior parte, ligados a seu confinamento no interior do grupo familiar. Pouco se tem notícia de sua atuação nos espaços públicos e, quando aparecem, estão na posição coadjuvante em feixes históricos. Segundo Perrot (2005), existe ainda na História das Mulheres muitas “zonas mudas” – seja por falta de fontes históricas ou simplesmente porque foram propositalmente silenciadas pela “dominação masculina”. Como consequência dessa dominação, expõe Bourdieu (2014, p.24), aparece a própria divisão dos espaços sociais de atuação, aos quais apresentam-se como opostos entre os frequentados pelos homens e os pelas mulheres sendo, por exemplo, “o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres”.

Numa sociedade marcada pela atmosfera religiosa, as mulheres se submeteram a uma imposição ideológica que as colocaram como submissas e inferiores aos homens, o que justificou terem suas ações controladas para o “bem da sociedade” que estava se formando no Novo Mundo. Os discursos de religiosos para o “adestramento” às mulheres giravam em torno das duas personagens femininas mais marcantes, a de Eva e de Maria, mãe de Jesus, sendo a primeira fornecendo uma imagem feminina que deveria ser combatida, enquanto a segunda suscitava uma imagem preterida, a qual a mulher deveria tomar como norte em sua vida.

Na bíblia, a imagem de Eva é marcada com toda carga negativa, pois a ela é atribuído todo o mal do “pecado original”, por não ter sido obediente ao divino e ter instigado o homem – Adão – a pecar. Como consequência, é lhes tirado o paraíso e no mundo passa a existir o pecado, o mal e a morte. Enquanto representação bíblica da mulher, recai sobre Eva toda a culpa por existir na terra todas as coisas negativas, sendo o machismo justificado por essa crença religiosa, além de legitimar a segregação sexual, as privações, o enclausuramento, em uma palavra, sua “inferioridade” perante aos homens.

No polo oposto, aparece a imagem de Maria, a mãe de Jesus, personagem elegida pela igreja Católica para servir como exemplo de como uma mulher deveria ser para minimizar os “estragos” desencadeados pela “desobediência” de Eva, demonstrando como deveria proceder uma mulher perfeita. Nisso, entra em cena a mulher que contesta, que obedece a seu marido e se

entrega à criação dos filhos; a mulher pura e temente a Deus, que abaixa a cabeça e aceita seu destino.

Portanto, foram estas duas imagens bíblicas da mulher que estavam imersas no ideário social do período colonial, as quais impediram as mulheres de frequentar os mesmos espaços sociais dos homens; limitou o acesso à educação, à cultura e ao crescimento profissional. Segundo ratifica Silva e Castilho:

A utilização de dois personagens bíblicos nos discursos de controle social demonstra claramente que tipo de sociedade se formou no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII: uma sociedade hierárquica, patriarcal, ordenada pelos discursos e leis da Igreja Católica que estava intrinsecamente ligada ao Estado por meio do Padroado. (SILVA; CASTILHO, 2014, p.261).

O que podemos perceber é que, durante mais de dois séculos, a instrução feminina era muito restrita em comparação a dos homens. Elas podiam se educarem na catequese, que lhes ensinavam, além das orações, a manterem-se presas ao lar na condição de esposas fiéis aos maridos, esmeras donas de casa e boas mães para os filhos. Poderiam também, mesmo que raro, a se instruírem nos próprios lares por membros familiares, ou de forma autônoma, por meio da leitura de livros que, muitas vezes, entravam no Brasil de forma clandestina. Quanto aos livros, havia todo um controle do que a mulher poderia ler, para não corromperem sua condição submissa ao homem, pois poderiam incitarem desejos não condizentes com pureza que a mulher deveria demonstrar, conforme expõe Perrot (2005, p.10).

E o acesso ao livro e à escrita, modo de comunicação distanciada e serpentina, capaz de enganar as clausuras e penetrar na intimidade mais bem guardada, de perturbar um imaginário sempre disposto às tentações do sonho, foi-lhes por muito tempo recusado, ou parcimoniosamente cedido, como uma porta entreaberta para o infinito do desejo.

A sociedade do período colonial não queria que as mulheres soubessem ler e escrever, pois não era uma via segura para a sociedade patriarcal. O destino da mulher neste período era para o casamento. Mesmo assim, as mulheres casadas que conseguissem o direito de se alfabetizar, juntamente com as mulheres solteiras, existiam os conventos e as casas de recolhimentos⁴, responsáveis por ensinar, além da catequese, a ler, escrever e a contar, ou seja,

⁴ As Casas de recolhimentos existiram por todo território brasileiro e perduraram por muito tempo como sendo uma instituição que se dedicava a colher as mulheres em diversas situações e para os mais variados fins. No período colonial, estas casas de recolhimento serviram principalmente para educar as mulheres para o casamento e acolher as que não conseguiam/queriam casar ou, ainda, as mulheres que não se adequava-se à sociedade vigente para que pudessem ter um “corretivo”. Além disso, as casas de recolhimentos também acabaram “servindo

elas poderiam ter acesso a um ensino bem elementar. Portanto, foram estas instituições religiosas as únicas portas de entrada para uma instrução institucionalizada disponível às mulheres em quase todo do período colonial.

Quando a reforma pombalina do ensino foi colocada em prática, tendo em consideração a expulsão dos jesuítas, entidade responsável pela formação majoritária de professores nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa, aumentou a demanda por docentes que pudessem assumir as aulas régias, com o grande objetivo de elevar o país ao título de sociedade moderna. E, para conseguir chegar a este patamar, envolvia também educar o público feminino. Era a brecha que as mulheres precisavam para ocupar o espaço do ensino, o qual só os homens tinham direito.

Considerada inicialmente como desnecessária ou perigosa, a educação feminina começou aos poucos a ser defendida como forma de alcançar o progresso, pois era necessário que as mulheres (que eram responsáveis pelos filhos) tivessem algum saber para que a “ignorância não reinasse dentro dos lares” e, consequentemente, na sociedade. Ao mesmo tempo, temia-se a “promiscuidade”, por isso, as meninas tinham que ser ensinadas por mulheres e separadamente dos meninos. Esta educação começou de forma tímida, como uma fagulha, mas permitiu que o fogo da educação feminina se alastrasse e que a mulher fosse vista (não sem resistências), tanto no Brasil quanto em Portugal, como a educadora por excelência. (RABELO, 2019, 13)

Como dito acima, para se evitar a promiscuidade, definiu-se a separação de meninos e meninas no ensino público e privado. Nesses termos, professoras eram as responsáveis pela educação das meninas e professores pelos meninos. Logo, os currículos deveriam ser diferentes, pois os planos de ensino também os eram. Para as meninas, o ensino ainda tinha como foco a formação de “boas mães e esposas”, enquanto para os meninos os objetivos eram mais diversos – cursar no exterior uma faculdade que pudesse atender aos anseios das famílias patriarcais e/ou do Estado.

No século XIX, conforme o contingente de meninas nas escolas aumentava, ampliava também a demanda por professoras de primeiras letras. Mas isso, por si só, não contempla a explicação do fenômeno da feminilização do magistério no Brasil observada no final do oitocentos. Segundo Almeida, é preciso levar outros fatores em consideração para entender esse processo de predominância de mulheres na formação docente pelo qual vislumbramos a partir da segunda metade do oitocentos.

inclusive de prisão e lugar de castigo e até proteger aquelas que não encontravam abrigo, estabelecendo o que entendemos como de rede de solidariedade feminina” (ALMEIDA, 2008, p.317).

Muitas transformações ocorreram no Brasil nos anos do Período Imperial. As necessidades impostas pelas condições sociais e econômicas promoveram alterações nos rumos e configurações da educação nacional e, com isso, das Escolas Normais. Houve a evolução dos currículos e práticas pedagógicas e a entrada massiva das mulheres na formação e na profissão de professoras, o que resultou em mudanças nas características do magistério primário. (PRADO, 2020, p.74)

A partir do final do século XIX a presença feminina nos cursos de formação de professores primários já começa dá sinais de elevação por vários fatores, entre eles a implantação do novo modelo político, o processo de modernização da vida urbana abraçada à ideia de progresso e os primeiros movimentos femininos que reclamavam mais espaço na sociedade. Nesse processo, também é importante destacar o papel da coeducação – ensino misto – para o aumento da demanda por mulheres nas escolas. Decorrente da questão econômica, a coeducação diminuía os gastos com infraestrutura, à medida que não se fazia necessário escolas específicas para ambos os sexos. Com isso acabou criando “mais oportunidades para as mulheres entrarem no magistério porque se podia confiar a gerência das aulas mistas às mulheres, e não as limitar a só lecionar nas escolas para meninas” (Hahner, 2011, p.468).

Nos primeiros anos do século XX, o grande número de mulheres que procurava os cursos normais já era uma realidade, ao passo que a presença masculina se definha cada vez mais. Cabe ressaltar que não eram todas as moças que se matriculavam nos cursos normais tinham como fim a carreira docente. Muitas buscavam nos cursos normais sua elevação cultural, pois uma formação abria portas para outras possibilidades de inclusão social. Um exemplo era a imprensa, a qual as mulheres foram ganhando espaço, o que lhes permitiu expressar seus pensamentos por meio da arte e da literatura.

Na tabela a seguir, elaborada a partir dos dados coletados no Anuário Estatístico do Brasil, publicado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE) em 1927, expõe essa predominância do público feminino nos cursos normais do país. Entre 1907 e 1912 o documento aponta que as matrículas de mulheres nos cursos normais chegaram a ser 5 ou 6 vezes maior do que a dos homens.

Tabela 1: Matrículas e conclusões de curso das Escolas Normais do Brasil.

ANO	MATRÍCULAS		TOTAL	CONCLUSÕES DO CURSO		TOTAL
	MASCULINAS	FEMININAS		MASCULINAS	FEMININAS	
1907	786	4.234	5.020	114	540	654
1908	777	4.945	5.722	107	720	827
1909	910	5.339	6.249	104	865	969
1910	943	5.906	6.849	128	977	1.105
1911	1.128	7.042	8.170	127	859	986

1912	1.248	8.001	9.249	155	1.072	1.227
------	-------	-------	-------	-----	-------	-------

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1927.

O que se observa a partir da tabela acima é que no decorrer dos anos – de 1907 a 1912 –, as matrículas de alunas obtiveram um crescimento constante, embora o número das que concluíam o curso apresentou leve oscilação. Já o número dos alunos que se matricularam também teve aumento, mas muito tímido, consoante ao número total de alunos que escolheram o curso normal. De fato, a feminização do magistério é percebida nestes dados, demonstrando um percentual acima dos 85% no número das matrículas das moças comparadas a dos rapazes. Com relação aos alunos e alunas que se formaram no período, as mulheres obtiveram 89% do total.

Essa tendência de as mulheres representarem maioria na carreira docente vai se firmar no século XX e prosseguir até aos nossos dias. Claro que com algumas mudanças, inclusive no entendimento dos governantes do quanto a educação é importante, pois através dela se pode influir no modelo de sociedade que se pretende. E se hoje a educação possui este status se deve em grande medida à atuação das professoras.

Cabe destacar também que as experiências com a carreira docente no Brasil não foram as mesmas para todas as mulheres. É preciso observar este fato a partir de interseccionalidades que determinaram as formas como as mulheres vivenciaram e o que representou a entrada no magistério no período dominado pelo patriarcalismo da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é preciso analisar o gênero de modo a considerar as interseccionalidades classe social, raça, etnia, sexualidade, dentre outras. É importante destacar que as experiências de mulheres brancas jamais serão as mesmas de mulheres negras e ou indígenas, essas intersecções demonstram o modo como o gênero é experienciado, vivido, portanto percebido nas relações sociais, econômicas e não menos importantes, de trabalho. (MARTINS; SANTOS; ALMEIDA, 2025, p.74).

As mulheres negras, por exemplo, não tiveram as mesmas oportunidades que as mulheres brancas tiveram no início da inserção das mulheres no magistério. Os estudos de Müller (1999) dão conta de que já havia professoras negras desde o final do século XIX, porém salienta que elas foram quase ausentes do sistema de ensino até os anos de 1920. Estas tinham que enfrentar um árduo caminho até conseguirem o direito de ensinar, pois chocavam-se, além do racismo por ser negra, havia também todos os controles sociais por serem mulher e, muitas vezes, pobres.

AS NARRATIVAS DE DESVALORIZAÇÃO DA LUTA E DA IDENTIDADE DOCENTE FEMININA

Almeida (1998) adverte que não podemos ter uma concepção simplista desse processo de feminização do magistério no Brasil. A autora estabelece que para se ter uma visão mais complexa do processo e evitar preconceitos é preciso vencer alguns fatores⁵ que foram postas como verdades para menosprezar a posição ativa das mulheres na questão de sua entrada massiva nos cursos de formação de professores e, conseqüentemente, sua atuação no ensino primário.

O primeiro ponto gira em torno do fato de que os homens teriam feito uma concessão às mulheres ao deixar para elas o campo do trabalho docente, ao se retirarem para outras profissões (Almeida, 1998). No entanto, existe mais lógica no fato de os homens só terem deixado o magistério para não se sentirem "humilhados" numa profissão dominada pelas mulheres pois, segundo Bourdieu (2014, p.88), ao tratar a “masculinidade como nobreza”, “as tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis quando são realizadas por mulheres”. Também havia a questão salarial que deve ser levada em consideração, pois os salários pagos aos professores não eram atrativos, muitas vezes não dava para um professor se manter com ele, sendo necessário executar outras atividades rentáveis para compensar. Na segunda metade do século XIX, o processo de industrialização do Brasil estava se ampliando, e isso irrigava o mercado de trabalho com novas profissões, muitas delas “vedadas as mulheres e, possivelmente, mais bem remuneradas”. Isso “deve também ter contribuído para o afastamento masculino, além do propalado desprestígio da profissão e da má remuneração salarial” (Almeida, 1998, p.68).

Outro fator provém justamente da remuneração do trabalho docente, crença de que a profissão era prestigiada e oferecia além de um bom salário um reconhecimento social (Almeida, 1998). Claro que muitas mulheres conseguiram acender-se socialmente em grande medida por seu trabalho como professora, mas isso não era uma regra. Muitas ainda dependiam de outras formas de conseguir renda ou, para as casadas, muitas ainda acabavam dependendo dos maridos para sobreviverem.

Também se cogitou a questão de que a profissão docente se desvalorizou ao passo que a presença feminina foi se ampliando. Como dito a cima, o magistério não era valorizado pelo poder público, pois a educação da população em geral não era algo que agradava não só à classe

política, como também aos membros da elite. “Em uma sociedade baseada no trabalho escravo e na exportação de commodities, um amplo acesso à educação era considerado desnecessário no contexto social da época” (Kanaan; Alencar, 2025, p.21). Um dos motivos para que houvesse a feminização do magistério foi a convicção de que as mulheres, pelo seu instinto materno, tinham a aptidão natural para lidar com as crianças e educa-las.

Outra crença errada pode recair no fato da passividade feminina, como sendo coadjuvante nesse processo de feminização do magistério. Muito pelo contrário, as mulheres abraçaram, estrategicamente, a carreira de professora, pois estava nela o terreno propício para sua ascensão e um meio de conseguir sua liberdade em outros espaços dominados/controlados pelo público masculino. Segundo os estudos de Almeida, a partir de várias fontes, principalmente nos acervos da imprensa, constatou-se que “a ocupação do magistério pelo sexo feminino deveu-se também às lutas que as mulheres tiveram de enfrentar para conseguir introduzir-se no campo do trabalho remunerado e, em outras palavras, alcançar a liberdade, a autonomia e uma certa independência financeira” (Almeida, 1998, p.70).

Essa questão de as mulheres buscarem na carreira docente a oportunidade de tornassem independentes foi uma realidade desde que as mulheres puderam ter um acesso maior à educação. Isso é ilustrado pelo trecho da narrativa a seguir, retirado do livro “Minha Vida de Menina”, que representa o diário escrito por Alice Dayrell Caldeira Brant⁶, dos 13 aos 15 anos, quando já era aluna da Escola Normal de Diamantina, Minas Gerais, no ano de 1895. Ao assumir uma turma de primeiras letras, em favor para sua tia que havia adoecido e precisou se afastar por uns dias, Alice se desesperou por conta dos alunos que não tinham “disciplina” e a fizeram motivo de brincadeiras das mais diversas, se aproveitando de sua pouca idade e experiência.

Pus a mão na cabeça e pensei: "Está decidido! Tudo na vida, menos mestra de escola. Se eu passar mais um dia como este, fico maluca". Fechei a escola e fui, na carreira, para a casa de tia Madge pedir-lhe que tomasse uma providência, pois eu não voltaria mais. Subo a ladeira e entro na casa de minhas tias pondo os bofes pela boca. Tia Madge antes que lhe dissesse nada, exclamou:
— Como deixou a escola tão cedo? É às quatro que se fecha.
— Fechei para vir lhe dizer que me é impossível continuar. Os meninos não me respeitam e eu vou pô-los mais endiabrados para a senhora agüentar depois. Amanhã eu não volto.
— O quê? Não volta? Então quer me desiludir e me convencer de que uma mulata como Zinha é mais capaz do que você?
— Do que eu? Muito! Eu não presto é para nada!

⁶ No livro publicado pela primeira vez em 1942, Alice usou o pseudônimo de Helena Morley. Pela riqueza de detalhes da vida cotidiana da cidade de Diamantina e do Brasil do século XIX, seu diário foi exaltado por grandes escritores, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade, como uma obra de grande valor literário e histórico.

— Mas tem de prestar. Então minha esperança de lhe deixar a escola há de ir por água abaixo? Nunca! Você tem de dar gente. Você é muito inteligente e muito viva. Isso já é sentido na vadiação da Escola Normal com as outras.

— Não é, tia Madge, é que eu não dou para mestra. Foi Deus que fez acontecer isso para eu saber e procurar outro meio de vida. Já estive pensando; vou fazer quitanda, vou ser Siá Generosa.

— Generosa? Você tem de ser professora, e boa professora. Veja o nosso exemplo, meu e de Quequeta, que estudamos já de alguma idade [tinham perto de quarenta anos] e hoje vivemos independentes. Você tem de nos acompanhar. (Morley, 2016, p.270)

O texto revela o quão jovens algumas meninas embarcavam na formação para o magistério, assim como reflete um pouco da dificuldade que as professoras enfrentavam no cotidiano da sala de aula. Ressalta também a cordialidade entre as mulheres, a união para encorajar as outras a lutar por se firmar na sociedade, serem pessoas independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se observarmos todo o contexto educacional brasileiro, partindo da privação da mulher ao acesso ao saber, passando pela concepção de que uma educação elementar era mais que o necessário a elas, entrando na gradativa inclusão feminina à instrução pública, até chegar à conquista do direito a lecionar, a mulher teve de lutar com todo um sistema patriarcal que lhe colocou barreiras na sua trajetória de estudos.

Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligente e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque ‘a mulher é a rainha do lar’. Criticou-se a escola mista, por ser ‘promíscua’. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, ‘verdadeiras mães’, têm ‘vocação para o sacerdócio’ que é o magistério. (ROSEMBERG, 2012, p.338-339).

Até os dias atuais ainda existe desigualdades entre os sexos no magistério. Conforme o nível vai verticalizando, as mulheres vão perdendo espaço para os homens, o que significa que onde se tem mais mulheres atuando continua sendo nos níveis mais elementares, a nível de alfabetização. Embora sejam maioria nesse nível de ensino, os salários acabam sendo inferiores aos dos homens, que atuam mais nos níveis fundamental II e ensino médio.

Cabe salientar que ainda se necessita de uma atenção historiográfica maior da atuação das mulheres no projeto educacional brasileiro. estudos que possam colocar em evidência o protagonismo feminino não só na educação, mas em muitas outras áreas as quais, muitas delas, historicamente foram dominadas por homens, a exemplo da engenharia, construção civil, segurança pública, entre tantas outras. No entanto, a inserção das mulheres na política foi

primordial para alavancar suas lutas por direitos antes suprimidos, mas essa inclusão se deu, em grande medida, através dos espaços conquistados na carreira docente, por ter sido o caminho de acesso à instrução especializada e ao mercado de trabalho, e fez com que permitisse à mulher uma formação para além da aprendizagem das prendas e das boas maneiras, adquirida no ambiente doméstico (Vilaca, 2025).

No campo de produção do saber, a exemplo da História, também é possível entrever a supressão da presença feminina, uma vez que, ao longo do tempo, suas ideias e vozes foram silenciadas em prol de uma historiografia “voltada ao estudo dos repertórios canônicos masculinos, suas grandes produções e feitos, além de instituições acadêmicas que não apenas vetaram a participação feminina até certo momento, mas também não as incluíam em seus debates” (Clemente, 2024, p.296-7).

Essa dívida historiográfica para com as mulheres nos mostra um caminho de desafios no que se trata à história das mulheres e sua participação nos espaços de produção do saber. Com esse pensamento, o trabalho que se encerra lança luz à participação feminina na formação decente no Brasil, entendendo que – embora seja um tema já bastante abordado – ainda temos muito o que estudar e aprender com as mulheres na produção do conhecimento e nos espaços de atuação na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da UNESPE, 1998.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. Recolhimentos femininos: instituições erigidas em Pernambuco e suas anexas. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões**, a.VII, n.13/14, p.317-325, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad.: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. **Anuário estatístico do Brasil (1907-1912)**. Volume III. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

CLEMENTE, Ana Clara do Carmo. Intersecções necessárias: teoria da história, história das mulheres e ensino de história. **Cadernos de InterPesquisas**, v.2, p.294-319, 2024.

COSTA, M.V. Feminização do magistério. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século 19. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, 2011.

KANAAN, Hanen Sarkis; ALENCAR, Francisca Vilandia. Educação escolar de mulheres no período do império brasileiro: desigualdades de gênero e restrições de acesso. In: KANAAN, Hanen Sarkis; ALENCAR, Francisca Vilandia. **Perspectivas históricas: educação, religião e imigração no Brasil**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025, p.16-35.

MARTINS, Bárbara do Vale; SANTOS, Adriana Ramos; ALMEIDA, Murilena Pinheiro. A feminização da carreira docente no Brasil: reflexões teóricas sobre relações de gênero e educação. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v.12, n.32, p.66-87, jul./set. 2025.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia de bolo, 2016.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras na primeira república. In: OLIVEIRA, Iolanda (Coord.). **Relações Raciais e Educação: algumas determinantes**. Niterói, RJ: Intertexto, 1999.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Apresentação. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Organizadoras). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p.9-13.

PRADO, Douglas Silva. **Escolas Normais no Brasil imperial (1835-1889)**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020.

RABELO, Amanda Oliveira. O acesso e a ocupação do espaço docente pela mulher no Ensino Primário no Brasil e em Portugal. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 4, n.2, p. 11-75, abr./jun. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Organizadoras). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

SILVA, Letícia Ferreira; CASTILHO, Maria Augusta. Brasil Colônia: as mulheres e o imaginário social. **Cordis – Mulheres na História**, São Paulo, n.12, p.257-279, jan./jun. 2014.

VILACA, Antônia Marlene. O protagonismo das mulheres na história da educação no Brasil. In: CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida; VAZ, Aline Choucair (Orgs.). **Resistências na História da Educação: perspectivas contra-hegemônicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025, p.79-98.